

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.810 - RJ (2019/0039139-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : GABRIELLA DE CARVALHO MICHELAN
AGRAVANTE : DEVAIR MICHELAN - ESPÓLIO
AGRAVANTE : ELIANA MARIA DE CARVALHO MICHELAN - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : EDUARDO GARCIA DE ARAÚJO JORGE - RJ080998
MARCELO MOURA GUEDES - RJ155362
AGRAVADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO : CARLOS MARTINS DE OLIVEIRA - RJ019608
AGRAVADO : BANCO REAL S/A
AGRAVADO : FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
NAO-PADRONIZADOS PCG-BRASIL MULTICARTEIRA
ADVOGADOS : RICARDO MARQUES DE ABREU - RJ068535
TEREZA CRISTINA RODRIGUES DOS SANTOS - RJ091805

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por GABRIELLA DE CARVALHO MICHELAN, DEVAIR MICHELAN - ESPÓLIO e ELIANA MARIA DE CARVALHO - INVENTARIANTE, de decisão de inadmissibilidade de recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a*, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 39 e 40):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DECISÃO IMPUGNADA QUE DEFERIU O PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL NA FORMA DO QUE PREVÊ O ARTIGO 778, § 1º, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INCONFORMISMO.

1- *A cessão de crédito ocorre quando o credor transfere a outrem, no todo ou em parte, sua posição na relação negociai. Inteligência dos artigos 286 a 298 do Código Civil.*

2- *Possibilidade de substituição processual na hipótese de cessão de crédito.*

3- *Verifica-se que a cessão de crédito ao Fundo de Investimentos Creditórios Não Padronizados PGC-Brasil Multicarteira foi devidamente comprovada nos autos.*

4- *A anuência da parte devedora quando formulado pedido de substituição do polo ativo do Processo de Execução é irrelevante, tendo em vista que este ato processual não interfere na existência, validade ou eficácia da obrigação.*

5- *A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme*

no sentido de que a ausência de notificação, por si só, não possui o condão de liberar o devedor do adimplemento da obrigação ou de impedir o cessionário de praticar os atos necessários à conservação de seu crédito, de modo que após a citação dos devedores na ação originária o negócio jurídico realizado produzirá seus efeitos, vez que, a priori, afigura-se plenamente válido.

6- Quanto à alegação de incompetência do Juízo da Execução (39ª Vara Cível da Comarca da Capital), deve-se ressaltar que a habilitação no inventário é uma faculdade do credor. Inteligência do artigo 642 do Código de Processo Civil.

7- Precedentes do STJ e do TJRJ. Improvimento do recurso.

Opostos embargos declaratórios, foram parcialmente providos para sanar omissão quanto à alegada competência absoluta do juízo falimentar na decisão colegiada fls. 40/47 - 000040 (fl. 65 e-STJ).

Nas razões recursais, a parte recorrente sustenta violação dos arts. 642 do Código de Processo Civil/2015 (art. 1.017 do CPC/1973), 290 do Código Civil/2002, 75 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Sustenta, em síntese, a incompetência do juízo da execução para processar o feito, ao fundamento de que o credor deveria promover sua habilitação no inventário dos avalistas falecidos ou nos autos da falência da empresa emissora do título. Afirma que a eficácia da cessão de crédito dependeria de prévia notificação dos devedores, ressaltando o seguinte: *"o síndico da falência quanto o inventariante deveriam ter sido intimados sobre a ação de execução"* (fl. 83).

Sem contrarrazões.

O Subprocurador-Geral da República, Dr. Antônio Carlos Alpino Bigonha, opinou pelo não provimento do agravo em recurso especial.

É o relatório. Decido.

Na hipótese em exame, aplica-se o Enunciado 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Na origem, cuida-se de execução de título extrajudicial (nota promissória),

emitido por New House Discos Ltda. e avalizado por Gabriela de Carvalho Michelan Devair Michelan e Eliana Maria de Carvalho Michelan - os dois últimos falecidos no curso da demanda.

Em relação à competência do juízo da execução, o acórdão hostilizado consignou que a habilitação do crédito no inventário constitui uma faculdade do credor, nos termos do art. 642, *caput*, do CPC (fl. 45).

Ocorre, porém, que referido fundamento, suficiente à manutenção do acórdão recorrido, não foi impugnado pela parte insurgente nas razões recursais, atraindo, por conseguinte, a aplicação da Súmula 283/STF. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DAS RAZÕES DO ACÓRDÃO ESTADUAL. INCIDÊNCIA DO VERBETE Nº 283/STF.EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL. ARGUIÇÃO DE EXCESSO DE COBRANÇA. ANÁLISE. SÚMULAS 5 E 7/STJ.

1. Ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo, aplica-se, por analogia, o óbice da Súmula nº 283, do STF.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 687.997/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 13/11/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. RESCISÃO UNILATERAL. BENEFICIÁRIO EM TRATAMENTO MÉDICO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

1. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente à manutenção do acórdão recorrido atrai o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

2. Não obstante o plano de saúde coletivo possa ser rescindido

unilateralmente, mediante prévia notificação do usuário, esta Corte reconhece ser abusiva a rescisão do contrato durante o tratamento médico garantidor da sobrevivência e/ou incolumidade física, como no caso em apreço, no qual a segurada diagnosticada com câncer se encontra em tratamento oncológico.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1298878/SP, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018)

Ademais, em sede de declaratórios, o TJ-RJ ressaltou que a demanda em análise foi ajuizada apenas contra os avalistas da nota promissória, razão porque não atrairia a competência do juízo falimentar, nos seguintes termos (fl. 65):

Com efeito, ao contrário do alegado pelo Embargante, a alegação de incompetência do Juízo da Execução (39ª Vara Cível da Comarca da Capital), diante da competência absoluta do juízo falimentar, não merece prosperar, tendo em vista que, como bem salientado pelo Ilustre Procurador de Justiça, a execução está prosseguindo apenas em relação aos avalistas do título, coobrigados da dívida.

Ademais, compulsando os autos, observa-se que o imóvel a ser penhorado, localizado na Rua Sérgio Porto nº 317, Gávea, pertence aos espólios de Devair Michelin e Eliana Maria de Carvalho Michelin, avalistas do título, conforme se depreende dos documentos de fls. 248/253 - 000230 e fls. 430/434 - 000430 do Anexo I.

Como cedoço, a falência do devedor principal não prejudica a responsabilidade do avalista, tendo em vista a autonomia da obrigação cambiária. É que o avalista assume perante o credor posição semelhante a do avalizado, podendo ser acionado em conjunto com este ou separadamente, já que não dispõe de benefício de ordem.

Por outro lado, a Corte local entendeu desnecessária a notificação prévia do devedor para regular constituição da cessão de crédito, sob os seguintes fundamentos (fl. 43):

Compulsando os autos, verifica-se que a cessão de crédito ao Fundo de Investimentos Crcditórios Não Padronizados PGC-Brasil Multicarteira foi devidamente comprovada nos autos através do documento de fls. 374/381. No tocante à alegação de ausência de notificação prévia do devedor (art. 290, do Código Civil), razão também não socorre ao Agravante, eis que, como bem salientado pela Ilustre Procuradora de Justiça, a anuência da parte devedora quando formulado pedido de substituição do polo

ativo do Processo de Execução é irrelevante, tendo em vista que este ato processual não interfere na existência, validade ou eficácia da obrigação.

No ponto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que a ausência de notificação, por si só, não possui o condão de liberar o devedor do adimplemento da obrigação ou de impedir o cessionário de praticar os atos necessários à conservação de seu crédito, de modo que após a citação dos devedores na ação originária o negócio jurídico realizado produzirá seus efeitos, vez que, a priori, afigura-se plenamente válido.

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. DOCUMENTOS QUE COMPROVAM CESSÃO DE CRÉDITO. ILEGITIMIDADE ATIVA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. REEMBOLSO DE DESPESAS FUNERÁRIAS. COBERTURA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO DEVEDOR. DÍVIDA PERMANECE EXIGÍVEL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. No caso em exame, investigar os elementos coligidos aos autos aptos a delinearem a legitimidade ativa da recorrida, em especial a documentação comprobatória da cessão de crédito, demandaria inevitável incursão no suporte fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula n. 7/STJ.

2. O Tribunal de origem firmou entendimento acerca da possibilidade de reembolso das despesas discutidas nos autos com base na realidade do comércio, cláusula contratual que regula a matéria e demais circunstâncias do caso concreto, o que exige indubitável revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, além do reexame contratual, providências, no entanto, obstadas pelas Súmulas 5 e 7/STJ.

3. O devedor não pode utilizar-se da ausência de notificação prévia da cessão de crédito para desobrigar-se do pagamento da dívida, que, por sua vez, continua exigível. Contudo, na hipótese de prestar a obrigação ao cedente, não precisará fazê-lo novamente ao cessionário. Incidência da Súmula 83/STJ.Precedentes.

4. Agravo interno desprovido.

(Aglnt no AREsp 888.406/SC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 20/09/2018, DJe 27/09/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. DANOS MORAIS.

1. EXISTÊNCIA DO CRÉDITO E DA CESSÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

2. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DA CESSÃO DE CRÉDITOS NÃO ISENTA O DEVEDOR DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO. SÚMULA 83/STJ. INSCRIÇÃO NO ROL DE INADIMPLENTES QUE NÃO SE MOSTRA INDEVIDA. AUSÊNCIA DO DEVER DE INDENIZAR.

3. ANUÊNCIA DO DEVEDOR. DESNECESSIDADE.

4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Revela-se inviável alterar o entendimento da Corte estadual, que, analisando o conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela existência do crédito e da cessão, tendo em vista o óbice da Súmula 7 do STJ.

2. É pacífica a jurisprudência da Segunda Seção no sentido de que a ausência de notificação do devedor da cessão de créditos não tem o condão de isentar o devedor do cumprimento da obrigação, tampouco de impedir o registro do seu nome, se inadimplente, nos órgãos de proteção ao crédito.

3. Conforme o entendimento jurisprudencial desta Corte, "o cessionário, no processo de execução, não necessita da prévia anuência do devedor para assumir a legitimação superveniente, podendo, inclusive, promover a execução, ou nela prosseguir, quando o direito resultante do título executivo lhe foi transferido por ato entre vivos" (REsp 1.220.914/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 22/2/2011, DJe 16/3/2011).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1020806/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 20/03/2017)

Portanto, aplicável a Súmula 83/STJ ao caso concreto.

Com essas considerações, não há o que reformar no acórdão recorrido.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhece parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator